

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº DE 2025

(da Sra. Adriana Ventura - NOVO/SP e outros)

Requer a realização de Audiência Pública para debater o processo de relicitação do Aeroporto Internacional de Viracopos e os prejuízos bilionários da União com a atual concessão.

Senhor Presidente,

Venho requerer a Vossa Excelência, com fulcro nos artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública para discutir os impactos financeiros, jurídicos e administrativos decorrentes do processo de relicitação do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (SP), bem como os prejuízos acumulados pela União durante a gestão da atual concessionária.

Para a audiência, intitulada “Viracopos: Relicitação, Inadimplência e Prejuízos ao Erário”, propomos convidar os seguintes participantes:

- Sr. **Silvio Costa Filho** – Ministro de Portos e Aeroportos;
- Sr. **Bruno Dantas** – Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU);
- Sr. **Tiago Pereira** – Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC);
- Sr. **Júlio Marcelo** – procurador do Ministério Público junto ao TCU;
- Representante da Advocacia Geral da União (AGU);
- Representante da área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) que tenha atuado no processo TC 009.470/2020-4;
- Representante da concessionária Aeroportos Brasil Viracopos (ABV).

JUSTIFICAÇÃO

O Aeroporto Internacional de Viracopos, um dos principais terminais logísticos do país, foi concedido à iniciativa privada em 2012, por meio da concessionária Aeroportos Brasil Viracopos (ABV). Desde então, a concessão tem sido marcada por inadimplência contratual, judicializações sucessivas e falta de cumprimento das obrigações assumidas. A própria Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) já reconheceu que a concessionária acumula um passivo superior a R\$ 1,1 bilhão com a União, considerando multas, outorgas vencidas e outras pendências financeiras.



Apesar disso, o Ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, tem defendido publicamente a continuidade da atual concessionária na operação do aeroporto, mesmo diante do encerramento do prazo legal para relicitação e da recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) pela caducidade do contrato.

Segundo documentos do Ministério Público junto ao TCU, a conduta da concessionária tem sido marcada por ações protelatórias, recusa de propostas consensuais, contestação de metodologias já homologadas pela ANAC e o prolongamento injustificado do processo de relicitação.

A permanência de um operador inadimplente, que gera riscos à prestação do serviço e prejuízo ao erário, impõe-se como tema de elevada relevância para esta Comissão. A realização da audiência pública tem como objetivo esclarecer os fatos, avaliar a atuação das autoridades envolvidas, apurar as responsabilidades e contribuir para o aperfeiçoamento da governança nas concessões aeroportuárias.

Essa discussão se insere diretamente no papel da CFFC de zelar pela boa gestão dos recursos públicos, pela transparência e pela eficiência administrativa, além de garantir que concessões públicas sejam conduzidas de forma ética, competitiva e em benefício do cidadão.

Sala das Sessões, em de julho de 2025.

Deputada ADRIANA VENTURA

NOVO/SP





Requerimento de Audiência Pública

Deputado(s)

- 1 Dep. Adriana Ventura (NOVO/SP)
- 2 Dep. Diego Garcia (REPUBLIC/PR)
- 3 Dep. Alfredo Gaspar (UNIÃO/AL)
- 4 Dep. Bia Kicis (PL/DF)
- 5 Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bra (PL/SP)
- 6 Dep. Chris Tonietto (PL/RJ)
- 7 Dep. Ricardo Salles (NOVO/SP)
- 8 Dep. Marcel van Hattem (NOVO/RS)

